


**DESAFIOS DA MATERNIDADE PARA PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA:
UMA ANÁLISE DE PRODUÇÕES CIENTÍFICAS**

**CHALLENGES OF MATERNITY FOR PUBLIC SECURITY PROFESSIONALS: AN
ANALYSIS OF SCIENTIFIC PRODUCTIONS**

**DESAFÍOS DE LA MATERNIDAD PARA PROFESIONALES DE SEGURIDAD PÚBLICA:
UN ANÁLISIS DE PRODUCCIONES CIENTÍFICAS**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n12-126>

Data de submissão: 09/11/2025

Data de publicação: 09/12/2025

Clarina de Cássia da Silva Cavalcante

Mestranda em Segurança Pública

Instituição: Universidade Federal do Pará (UFPA)

Endereço: Belém, Pará, Brasil

E-mail: Clarinacavalcante@outlook.com.br

Roberto Magno Reis Netto

Doutor em Geografia

Instituição: Universidade Federal do Pará (UFPA)

Endereço: Belém, Pará, Brasil

E-mail: Bob_reis_ufpa@yahoo.com.br

Vera Lúcia de Azevedo Lima

Doutora em Enfermagem

Instituição: Universidade Federal do Pará (UFPA)

Endereço: Pará, Brasil.

E-mail: veraluci@ufpa.br

Silvia dos Santos de Almeida

Doutora em Engenharia de Produção

Instituição: Universidade Federal do Pará (UFPA)

Endereço: Belém, Pará, Brasil

E-mail: salmeidaufpa@gmail.com

Adrilayne dos Reis Araújo

Doutoranda em Segurança Pública

Instituição: Universidade Federal do Pará (UFPA)

Endereço: Belém, Pará, Brasil

E-mail: adrilayne@ufpa.br

RESUMO

Este estudo objetivou descrever as características do trabalho, as condições de exercício profissional e de saúde de profissionais da segurança pública e sua relação com a maternidade e o aleitamento materno, a partir das produções científicas do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará. Para tanto, procedeu-se a uma revisão bibliográfica qualitativa de dissertações e capítulos de livros disponíveis no repositório do referido programa, produzidos de 2015

a 2025. Seguiu-se à análise de conteúdo de 17 trabalhos e extração de 66 enunciados, classificados conforme as seguintes categorias: discriminação institucional e desigualdade de gênero, adoecimento físico, mental e ocupacional, assédio moral, sexual, violência simbólica e institucional, ausências estruturais e de políticas institucionais de proteção e sobrecarga por múltiplas jornadas e impactos na vida pessoal e familiar. Concluiu-se que o contexto laboral das profissionais de segurança pública é marcado por múltiplas vulnerabilidades que podem limitar a decisão pela maternidade, dificultar a continuidade da amamentação e evidenciar a necessidade de políticas específicas de proteção social e apoio às mães policiais e seus filhos.

Palavras-chave: Gênero e Trabalho. Maternidade. Aleitamento Materno. Violência Institucional. Políticas de Proteção Social.

ABSTRACT

This study aimed to describe the characteristics of work, professional exercise conditions, and health of public security professionals and their relationship with maternity and breastfeeding, based on the scientific productions from the Graduate Program in Public Security at the Federal University of Pará. To this end, a qualitative bibliographic review was conducted of dissertations and book chapters available in the repository of the aforementioned program, produced from 2015 to 2025. Content analysis was performed on 17 works, extracting 66 statements classified according to the following categories: institutional discrimination and gender inequality, physical, mental, and occupational illness, moral and sexual harassment, symbolic and institutional violence, structural absences and institutional protection policies, and overload due to multiple work shifts and impacts on personal and family life. It was concluded that the work context of female public security professionals is marked by multiple vulnerabilities that can limit the decision for maternity, hinder the continuation of breastfeeding, and highlight the need for specific social protection policies and support for police mothers and their children.

Keywords: Gender and Work. Maternity. Breastfeeding. Institutional Violence. Social Protection Policies.

RESUMEN

Este estudio objetivó describir las características del trabajo, las condiciones de ejercicio profesional y de salud de los profesionales de la seguridad pública y su relación con la maternidad y la lactancia materna, a partir de las producciones científicas del Programa de Posgrado en Seguridad Pública de la Universidad Federal de Pará. Para ello, se realizó una revisión bibliográfica cualitativa de disertaciones y capítulos de libros disponibles en el repositorio del mencionado programa, producidos de 2015 a 2025. Se procedió al análisis de contenido de 17 trabajos y a la extracción de 66 enunciados, clasificados según las siguientes categorías: discriminación institucional e desigualdad de género, enfermedad física, mental y ocupacional, acoso moral y sexual, violencia simbólica e institucional, ausencias estructurales y de políticas institucionales de protección, y sobrecarga por múltiples jornadas laborales e impactos en la vida personal y familiar. Se concluyó que el contexto laboral de las profesionales de la seguridad pública está marcado por múltiples vulnerabilidades que pueden limitar la decisión por la maternidad, dificultar la continuidad de la lactancia materna y evidenciar la necesidad de políticas específicas de protección social y apoyo a las madres policías y sus hijos.

Palabras clave: Género y Trabajo. Maternidad. Lactancia Materna. Violencia Institucional. Políticas de Protección Social.

1 INTRODUÇÃO

A amamentação é um processo fisiológico e não intuitivo que envolve uma interação “[...] entre mãe e filho, com repercussões no estado nutricional da criança, em sua habilidade de se defender de infecções, em sua fisiologia e no seu desenvolvimento cognitivo e emocional” (Brasil, 2024), além de trazer uma série de benefícios à saúde das mães (Brasil, 2017). Portanto, a atenção em saúde à amamentação impõe uma análise cuidadosa a respeito das variáveis que sobre ela influem e, eventualmente, que prejudicam esse processo.

Sendo a amamentação um direito humano fundamental (Brasil, 2017) vinculado ao direito fundamental à amamentação e direitos humanos reprodutivos (Cavalcante *et al.*, 2025), sua garantia efetiva, para além do mero discurso normativo, perpassa pela compreensão das variáveis que não levam em conta “[...] a ampla diversidade de condições da mulher trabalhadora brasileira” (Machado; Derballe, 2019, p. 212). No entanto, as condições que se relacionam à amamentação e ao exercício das profissionais da segurança pública ainda é uma incógnita, pelo que sua compreensão foi proposta como objeto de pesquisa.

Evidenciou-se a escassez de publicações científicas acerca do tema, tornando necessário um movimento de buscas mais aprofundadas e específicas na área científica interdisciplinar da segurança pública, permitindo a compreensão do estado da arte e das bases fundamentais a respeito da maternidade das profissionais da segurança pública.

O estudo tem como objetivo descrever as características do trabalho e as condições de exercício profissional e saúde de mães policiais, e a relação entre essas e a maternidade e amamentação, a partir de apontamentos oriundos de produções científicas existentes em dissertações e livros disponíveis no repositório do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará – PPGSP/UFPA.

Para a academia e para sociedade, esta pesquisa representa a consolidação de um relevante inventário sobre as condições de trabalho, exercício profissional e de saúde de mulheres profissionais de segurança pública e sua relação com a maternidade e amamentação, contribuindo para a identificação de questões inerentes à saúde daquelas e revelando nuances que interfiram em seu maternar e sobre o seu interesse e possibilidade de amamentar, enquanto processo fisiológico importante às mães e bebês, diretamente vinculado à liberdade da mulher e necessidade de cuidado sobre esta e sobre a criança.

2 MÉTODOS E TÉCNICAS

Esta pesquisa foi do tipo revisão bibliográfica com abordagem qualitativa. Foi realizada a partir da leitura das produções científicas oriundas de dissertações e capítulos de livros existentes no repositório do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará – PPGSP/UFGA, no período de 2013 (marco inicial das produções existentes) a 2025 (período atual), cuja coleta se deu nos meses de março e abril de 2025.

As dissertações e capítulos de livros foram lidas e analisadas, para compreensão das características do trabalho e as condições de exercício profissional e saúde de mães policiais, e a relação entre essas e a maternidade e amamentação. Buscou-se nas dissertações e capítulos de livros os seguintes eixos: 1) que expusessem diretamente questões referentes à maternidade ou amamentação de mães policiais (relação direta); ou, 2) que expusessem condições de saúde ou trabalho daquelas profissionais, que, extensivamente, pudessem auxiliar a compreender a relação prevista.

Após levantamento e leitura, foram selecionadas 17 (dezessete) dissertações e artigos em capítulos de livros, a partir dos quais foram selecionados conteúdos acerca do tema do estudo que auxiliassem na compreensão da relação entre o exercício profissional e a maternidade e amamentação das mães policiais (Bardin, 2011).

Da leitura em profundidade, foram extraídos enunciados com relação direta e indireta com a relação entre maternidade e amamentação e o exercício profissional das mães policiais. Em seguida os conteúdos foram analisados e classificados em categorias de análise, que permitiram a descrição das condições de trabalho, dificuldades e problemas de saúde vivenciados por diferentes grupos de mães policiais na área da segurança pública, permitindo, assim, o levantamento de evidências capazes de auxiliar a futura pesquisa a respeito da relação entre amamentação e exercício profissional.

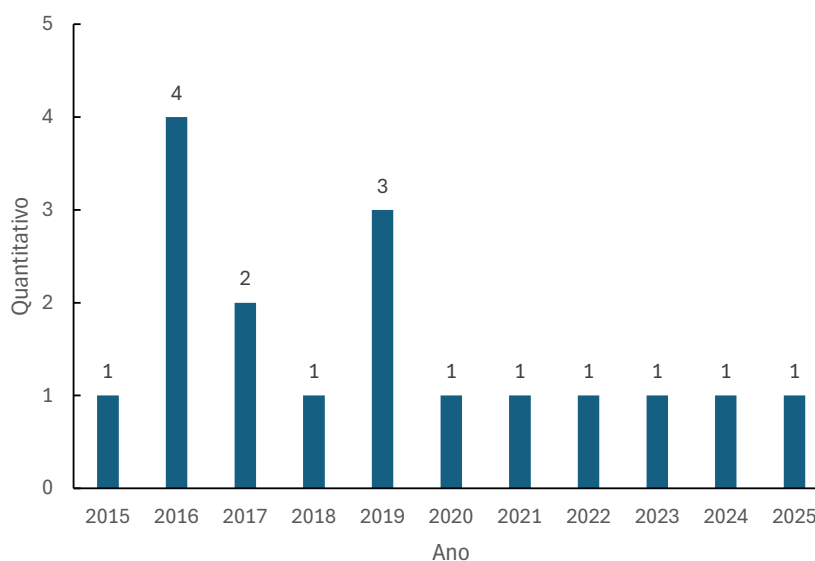
3 RESULTADOS

Das 17 dissertações e artigos lidos, foram extraídos somente enunciados com relação indireta ao objetivo de pesquisa (eixo 2 da metodologia). Ressalta-se que nenhuma das publicações encontradas tinham relação direta com o objetivo de pesquisa (eixo 1 da metodologia). Uma vez analisados, os enunciados deram origem às seguintes categorias de análise: descrição quantitativa dos achados da pesquisa; discriminação institucional e desigualdade de gênero; assédio moral, sexual e violência simbólica; sobrecarga por múltiplas jornadas e impacto na vida pessoal/família e ausências estruturais e de políticas institucionais de proteção.

3.1 DESCRIÇÃO QUANTITATIVA DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Primeiramente, o gráfico abaixo demonstra a distribuição temporal das dissertações e capítulos de livros do PPGSP/UFPA. Foram selecionadas obras somente entre o período de 2015 a 2025, a partir da pesquisa descrita no tópico metodológico.

Gráfico 1 – Quantidade de dissertações e capítulos de livros oriundos do Programa de Pós-graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará, publicados no período de 2015 a 2024.



Fonte: Elaborado pelos autores, abril/2025.

Conforme o Gráfico 1, o ano com maior número de publicações foi 2016 (4 produções científicas), seguido de 2019 (3 produções científicas), 2019 (com 3 produções científicas) e 2017 (com 2 produções científicas). Os demais anos registraram somente 1 produção científica.

Por sua vez, após análise das produções científicas selecionadas, foram obtidos 66 enunciados (trechos com conteúdos relevantes à pesquisa), conforme a Tabela 1.

Tabela 1 – Quantidade, Percentual e Percentual Acumulado de citações de enunciados de conteúdos de análise obtidos das dissertações e capítulos de livros oriundos do Programa de Pós-graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará, publicados no período de 2015 a 2024.

Dissertação e Capítulo de livro Analisado	Quantidade	Percentual	Percentual Acumulado
Feio (2024)	8	12,09	12,09
Corrêa (2015)	7	10,61	22,70
Lobato (2017)	6	9,09	31,79
Lobato e Souza (2018)	5	7,58	39,37
Araújo (2021)	5	7,58	46,95
Cardoso (2017)	4	6,06	53,01
Braga (2022)	4	6,06	59,07
Almeida (2019)	4	6,06	65,13
Oliveira (2020)	4	6,06	71,19
Leite <i>et al.</i> (2016)	4	6,06	77,25
Zambardino (2023)	3	4,55	81,80
Araújo <i>et al.</i> (2016)	3	4,55	86,35
Almeida <i>et al.</i> (2019)	3	4,55	90,90
Vale (2019)	2	3,03	93,93
Oliveira <i>et al.</i> (2025)	2	3,03	96,96
Louzeiro <i>et al.</i> (2016)	1	1,52	98,48
Frugulhetti e Herkenhoff (2019)	1	1,52	100,00
Total	66	100,00	-

Fonte: Elaborado pelos autores, abril/2025.

Como se observa na Tabela 1, as produções científicas que mais contribuíram com a pesquisa foram a de Feio (2024), Corrêa (2015), Lobato (2017), Lobato e Souza (2018) e Araújo (2021) que, juntas, englobaram 46,95% do total de enunciados de conteúdo.

Por fim, a categorização dos enunciados e organização conforme a quantidade de enunciados se deu conforme a Tabela 2.

Tabela 2 - Quantidade, percentual e percentual acumulado de citações de enunciados, por categoria de análise, obtidos das dissertações e capítulos de livros oriundos do Programa de Pós-graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará, publicados no período de 2015 a 2024, por categoria temática.

Categoria Temática	Quantidade	Percentual	Percentual Acumulado
1. Discriminação institucional e desigualdade de gênero	18	27,27	27,27
2. Adoecimento físico e psicológico das profissionais	16	24,24	51,51
3. Assédio moral, sexual e violência simbólica	11	16,67	68,18
4. Ausências estruturais e de políticas institucionais de proteção	11	16,67	84,85
5. Sobrecarga por múltiplas jornadas e impacto na vida pessoal/familiar	10	15,15	100,00
Total	66	100,00	-

Fonte: Elaborado pelos autores, abril/2025.

Ademais, a ordem da Tabela 2 orientou a exposição qualitativa dos dados, seguindo não só o quantitativo de referências, como uma estrutura mais didática, já que as categorias 2 a 5, em larga medida, nascem das decorrências da categoria 1.

3.2 DISCRIMINAÇÃO INSTITUCIONAL E DESIGUALDADE DE GÊNERO

O ingresso das mulheres nas instituições de segurança pública configurou uma importante conquista no campo da equidade de gênero. No entanto, esse avanço não se traduziu automaticamente em condições igualitárias de permanência e ascensão profissional. As evidências colhidas dos textos demonstram que a trajetória das mulheres nesses espaços é permeada por obstáculos estruturais e simbólicos, os quais, além de comprometerem o reconhecimento profissional, produzem efeitos deletérios sobre experiências subjetivas, como a maternidade e o direito ao aleitamento.

Nesse sentido, tem-se que Cardoso (2017) ainda identificou uma disparidade entre o número de homens e mulheres ao longo de seu estudo, o que, decerto, garante a permanência da construção dos espaços orgânicos e suas estruturas como predominantemente voltados à atenção das necessidades dos corpos masculinos.

Feio (2024, p. 22), neste mesmo sentido, apontou que embora o ingresso feminino represente um avanço à segurança, este não foi acompanhado por políticas institucionais que contemplem as especificidades de gênero: “[...] essa inclusão não veio acompanhada da devida adaptação das condições de trabalho para atender às especificidades das profissionais do sexo feminino”. O mesmo contexto de proeminência masculina foi sentido por Zambardino (2023) em relação à Polícia Civil.

Esse cenário, para além dos moldes aos corpos masculinos, também repercutiria na dificuldade de ascensão profissional das mulheres, haja vista as peculiaridades de seus corpos, resistências e desconfiças que enfrentariam, como bem destacado por Lobato (2017, p.30): “Historicamente a ascensão profissional das mulheres tem sido muito mais lenta que a dos homens, visto que o número de vagas nos concursos para ingressar no quadro feminino da Polícia Militar [...] mantém-se em apenas dez por cento [...]” (Lobato, 2017, p. 30). E, arremata, informando que as disparidades seriam mais sensíveis no campo das forças especiais: “Embora formalmente não existam cotas destinadas às mulheres que desejam ingressar na Rotam, o processo de pré-seleção [...] é organizado de forma a privilegiar aspectos biológicos masculinos.” (Lobato, 2017, p. 30).

Em aprofundamento específico do estudo, Lobato e Souza (2018, p. 345) descrevem o quanto as estruturas de seleção institucionalizada reforçam essa exclusão feminina, o que “[...] reduz drasticamente as possibilidades de seu ingresso”, sob a justificativa de uma pretensa proteção, que visaria afastar as mulheres de situações de confronto. Porém, esta proteção esconderia um preconceito:

“A postura de implicitamente proteger as mulheres evitando que elas sejam diretamente envolvidas em [...] confrontos [...] é reveladora de preconceito e de falta de confiança [...]” (Lobato; Souza, 2018, p. 344), resultando em discriminação simbólica: “Mesmo quando integradas às tropas especiais, as mulheres [...] continuam sendo vistas como coadjuvantes nas atividades-fim da polícia militar.” (Lobato; Souza, 2018, p. 343).

Como resultado dessa ambientação voltada a corpos masculinos, muitas mulheres se veriam forçadas a adotar estratégias de masculinização simbólica para conseguirem se inserir, conforme relata Lobato (2017, p. 30-31): “essa busca obsessiva por tornar-se igual ou ser respeitada como igual pelos demais policiais expressa-se inclusive na forma masculinizada”, de modo que uma entrevistada se via como “[...] 'guerreiro' e não 'guerreira' [...]” demonstrando a estratégia de “[...] masculinização da própria autodescrição como um mecanismo para tornar cada vez menos perceptível a sua condição feminina”.

Isso se daria, por sua vez, diante da falta de confiança imposta às mulheres no campo da segurança pública. Cardoso (2017, p. 45) descreve esse cenário ao afirmar: “Apontamos ainda um ponto negativo acerca da questão de gênero, na qual persiste o questionamento sobre a capacidade da trabalhadora à efetivação da atividade policial”. Conforme a pesquisa, as militares descreveram que seriam constantemente avaliadas por homens a respeito de “[...] suas habilidades profissionais, como também a respeito de sua tolerância ao esforço físico e às tensões e pressões peculiares ao policiamento ostensivo”, sendo, portanto, colocadas à prova sob o mesmo estigma de fragilidade e cuidado acima referido por Lobato (2017).

Com isso, além das restrições de acesso a funções dignificadas nas corporações (como as forças especiais, por exemplo), as mulheres também seriam comumente atribuídas a funções administrativas e que desconsiderariam habilidades específicas, como novamente expõe Lobato (2017, p. 30): [...] as mulheres conseguem ter uma melhor comunicação com a comunidade, o que lhes possibilita uma aproximação maior e facilita a coleta das informações necessárias às incursões policiais”, mas, a despeito disso, “[...] na maioria das vezes, essas qualidades são desconsideradas”.

A hierarquia de funções é também demarcada por gênero, como observou Almeida (2019, p. 27): “No interior da PMPA, o trabalho de cunho administrativo é geralmente visto como menor, ao ser considerado menos relevante e/ou ilustre quando em comparação com o serviço operacional realizado nas ruas” e, sendo “[...] encarado como um trabalho que exige menos força e desgaste físico, é a função atribuída mais frequentemente às mulheres da instituição”.

Essa mesma lógica, segundo Vale (2019, p. 330) é sustentada por “atividades previstas para as mulheres policiais [...] associadas à natureza feminina, reafirmando estereótipos de gênero e a vocação

assistencialista". Em contrapartida, a mulher policial era apresentada publicamente como preparada para o serviço (Vale, 2019), não obstante a estigmatização interna e velada.

Esse modelo institucional foi definido por Leite *et al.* (2016, p. 248) como “teto de vidro[...]”, ou seja, “uma ‘barreira invisível’, institucionalizada pelo universo masculino, impedindo a ascensão profissional do segmento feminino na hierarquia da organização paraense”. Mesmo após décadas de atuação, essas barreiras permaneceriam impondo resistências às policiais, cujos “direitos fundamentais [...] são, ainda, violados cotidianamente, ainda que de forma sutil, mas contundente” (Leite *et al.*, 2016, p. 259).

Braga (2015) evidenciou esse incômodo das mulheres em relação à falta de confiança de suas funções, cujos impactos à saúde seriam inestimáveis, conforme também foi identificado por Feio (2024, p. 6): “verificou-se a prevalência elevada de doenças relacionadas a transtornos mentais e comportamentais, inclusive com graus elevados indicativos dos estágios iniciais da Síndrome de Burnout (60,55%)” entre policiais, sendo que, entre as servidoras, “[...] 81,65% das mulheres relataram ter sentido preconceito de gênero no ambiente de trabalho e 69,72% das mulheres sentem-se preteridas no trabalho por serem mulheres”.

Igualmente, Zambardino (2023, p. 49) identificou uma “[...] maior prevalência de afastamentos por doenças mentais entre as mulheres delegadas, sobretudo em transtornos como ansiedade, depressão e estresse, de acordo com os registros por CID e sexo”.

Revolvendo aos apontamentos de Lobato (2017), destaca-se que a pressão para adotar posturas tradicionalmente masculinas como forma de sobrevivência institucional geraria impactos psíquicos profundos, como destacado por Feio (2024), ao afirmar que a necessidade de provar eficiência, associada ao exercício de uma autoridade masculinizada, aumentaria a pressão emocional e o desgaste vivido pelas profissionais, mesmo em detrimento de normas que impõe a não discriminação de mulheres.

Braga (2022, p. 33-34) também apontou, em relação à policiais penais, que a “[...] masculinização do ambiente prisional foi observada, a divisão de trabalho desigual, assim como as sobrecargas relacionadas às dores existentes no cárcere”. Esses fatores funcionariam como como facilitadores de “[...] assédio moral e sexual, a dificuldade ascender profissionalmente e atuar nas chefias, indícios da desvalorização profissional e seus reflexos fora do ambiente de trabalho [...]”, sendo, assim, nocivos à saúde das profissionais (Braga, 2022, p. 34).

O que se observa, portanto, é que a desigualdade de gênero nas forças de segurança pública ultrapassa a dimensão institucional, repercutindo diretamente nas subjetividades das mulheres, sobretudo no que diz respeito à escolha pela maternidade e, mais adiante, pela amamentação. O esforço

contínuo para provar-se capaz, a ausência de políticas de apoio e a invisibilização institucional, certamente, se colocam como limites ao pleno exercício do materno e da amamentação, demonstrando pontos nodais a serem estudados em torno da temática e da qualidade da amamentação de mães policiais.

3.3 ADOECIMENTO FÍSICO E PSICOLÓGICO DAS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA

As práticas institucionais e a desigualdade de gênero contribuem para o desencadeamento de adoecimentos das profissionais de segurança que se expõem sob diversas perspectivas. A persistência desses fatores, quando não tratada, pode interferir diretamente em suas relações pessoais e familiares, com capacidade de afetação da relação inerente à maternidade e a continuidade da amamentação. Deve-se ressaltar que o contexto do adoecimento, embora não exclusivo das mulheres, repercute de forma especial entre elas, haja vista a incidência contínua do fator gênero, para além do estresse habitual da função.

Nesse sentido, Araújo, Baptista e Oliveira (2016, p. 158) apontaram que "os sintomas mais recorrentes encontrados [entre agentes de segurança] foram: estresse, ansiedade, insônia, irritabilidade, depressão, burnout e dores musculares, decorrentes da natureza exigente e imprevisível do trabalho policial". Ainda segundo os autores, "a falta de apoio psicossocial e a rigidez hierárquica contribuem para o isolamento emocional dos profissionais" (Araújo *et al.*, 2016, p. 159), independentemente de gênero.

Braga (2022, p. 82) também evidenciou que "os profissionais demonstraram indícios de esgotamento físico, mental e emocional, tais como apatia, tristeza, insônia, déficit de memória, dificuldade de concentração e instabilidade emocional".

Por sua vez, Louzeiro *et al.* (2016, p. 219) destacaram que as agruras também são expressas no "cotidiano de emergências vivido pelos bombeiros militares é caracterizado por situações de tensa imprevisibilidade e, não raramente, morte".

Porém, as repercussões pareceram ser mais sensíveis junto às mulheres, como evidenciou Feio (2024, p. 6), ao constatar "[...] a prevalência elevada de doenças relacionadas a transtornos mentais [...] entre mulheres que [...] relataram ter sentido preconceito de gênero no ambiente de trabalho", caracterizando a relação entre a doença e o cenário de sujeição das mulheres no campo da segurança.

Em relação ao sistema penitenciário do Pará, Corrêa (2015, p. 66) verificou que "o cotidiano do agente penitenciário se mostra adoecedor, não somente pelos riscos físicos e emocionais aos quais são submetidos, mas também pela ausência de medidas institucionais que cuidem da saúde do

trabalhador". O problema acaba por repercutir em "[...] faltas constantes ao trabalho por motivos de doença", que são normalizadas e "[...] encobertas por um silenciamento institucional e coletivo" (Corrêa, 2015, p. 73).

As consequências do adoecimento atravessam a dimensão individual e tocam a estrutura familiar. Leite *et al.* (2016, p. 255) relataram que "as violências sofridas no ambiente de trabalho repercutem, sobremaneira, na saúde física e emocional das mulheres policiais [...]", repercutindo em "[...] sentimentos de culpa e frustração em relação à ausência junto à família".

O estudo de Frugulhetti e Herkenhoff (2019), também ressaltam que a atuação masculinizada das mulheres resultaria num aumento da pressão e o desgaste emocional, num processo de despersonalização e sobrecarga simbólica que pode se mostrar maléfico a sua saúde psicológica, especialmente, se incidente sobre momentos como a gestação, puerpério e amamentação, quando o suporte institucional seria ainda mais necessário.

Por fim, Oliveira (2020, p. 72) ressalta que "não há acompanhamento da saúde do trabalhador policial militar" e que "é ausente qualquer protocolo de cuidado preventivo, mesmo diante dos relatos constantes de adoecimento mental". Tal descaso institucional, não exclusivo da polícia militar, impede que policiais, especialmente, mulheres policiais, recebam suporte adequado nos momentos de maior vulnerabilidade.

O adoecimento físico e psíquico, portanto, não é apenas um subproduto do trabalho policial, mas um fenômeno complexo e atravessado, também, por questões de gênero, como evidenciado pela literatura. Quando somado às demandas da maternidade e da amamentação, impõe às mulheres um duplo desafio: cuidar de si e cuidar do outro sem o respaldo das instituições que deveriam acolhê-las.

3.4 ASSÉDIO MORAL, SEXUAL E VIOLÊNCIA SIMBÓLICA

Apesar de seu preparo e conhecimento e, mais ainda, a despeito da ampla preparação para o combate de práticas ilícitas, tem-se que as mulheres componentes de forças de segurança não se encontram protegidas em relação a práticas de assédio moral e sexual, nem da violência simbólica enraizada nas relações institucionais.

Os achados revelaram que o ambiente policial, fortemente masculinizado, não apenas silencia denúncias, como também normalizaria condutas abusivas que comprometem a saúde mental e emocional dessas profissionais, inclusive com repercussões diretas na vivência da maternidade e no exercício do aleitamento.

De acordo com Lobato (2017, p. 31), "todas as mulheres entrevistadas relataram ter sofrido assédio sexual ou moral no âmbito da corporação policial militar, sem exceção", o que também foi

evidenciado por Feio (2024, p. 23) ao relatar que, em sua pesquisa, "foi apontada a ocorrência de assédio moral, sexual e institucional, revelando os níveis de violência simbólica a que as profissionais são submetidas".

Braga (2022, p. 34) também apontou que seus "[...] principais resultados indicaram o menosprezo sofrido, a ocorrência de assédio moral e sexual [...]", como claros "[...] indícios da desvalorização profissional e seus reflexos fora do ambiente de trabalho". No mesmo sentido, Corrêa (2015, p. 69) relatou que "a maioria das entrevistas apontou que os superiores hierárquicos exercem pressão psicológica e assédio moral sobre os servidores, criando ambiente de medo e silenciamento" agravado pela condição de gênero, à luz das demais evidências.

Em igual sentido, Zambardino (2023, p. 48) afirma que "há presença significativa de assédio moral e sexual, não apenas da chefia imediata, mas de outros membros da instituição [...]" o que, diante do ambiente masculinizado e que rejeita peculiaridades dos corpos femininos – nos termos argumentados– cria "[...] uma estrutura hierárquica autoritária [...]" que "[...] dificulta as possibilidades de resistência e proteção".

Além disso, a masculinização do ambiente propicia um silenciamento dos problemas e perpetuação dos abusos, conforme apontado por Almeida, Saraiva e Lima (2019, p. 200) ao expor que "os casos de assédio e violência simbólica permanecem encobertos pelo medo de retaliação e pela ausência de canais efetivos de escuta e acolhimento". A ausência de estruturas, inclusive, faz com que as policiais não se sintam seguras "em denunciar [os abusos], pois consideram que não haverá apoio institucional" (Almeida; Saraiva; Lima, 2019, p. 213)

Em verdade, como apontado por Corrêa (2015, p. 44), não se pode ignorar que "[...] as questões de gênero também estão presentes nas relações de trabalho [...], sendo as mulheres as maiores vítimas, geralmente expostas ao assédio moral e sexual", o que, por sua vez, gera "a exposição das mulheres à violência simbólica dentro da instituição fortalece a naturalização do silenciamento institucional" (Oliveira *et al.*, 2025, p. 202).

As consequências dessa realidade se estendem para além dos muros das instituições. Oliveira *et al.* (2025, p. 198) destacam que "a questão do assédio moral e sexual permeia não apenas a relação com os colegas de trabalho, mas também as estruturas da gestão" ocasionando o atingimento da servidora em sua qualidade de vida e culminando em seu "[...] adoecimento e o pedido de afastamento funcional".

A violência simbólica institucionalizada contribui para uma cultura de descrença e isolamento. Como alertam os mesmos autores: "a ausência de confiança nas instâncias superiores gera sentimento

de impotência, afastamento das colegas e, em muitos casos, desistência de denunciar" (Almeida; Saraiva; Lima, 2019, p. 216).

O impacto desse ambiente sobre a maternidade é assente: mulheres que sofrem assédio e silenciamento institucional dificilmente têm garantias de apoio quando necessitam conciliar a função policial com a amamentação e o cuidado com os filhos. Isso pode influenciar a decisão sobre a maternidade e amamentação.

Mais ainda, dificilmente essas mães buscarão exercer sua maternidade ou permitir que seus filhos tenham contato com estes ambientes, predominantemente masculinos, o que pode prejudicar a amamentação após o retorno ao trabalho, tornando imperiosa a compreensão da influência destes fatores sobre o processo de amamentação.

3.5 AUSÊNCIAS ESTRUTURAIS E DE POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE PROTEÇÃO

A precarização estrutural no ambiente da segurança pública pode atingir, de forma significativa, a vida das mulheres policiais, sobretudo em momentos que exigem maior acolhimento institucional, como a maternidade e a amamentação. A ausência de políticas específicas de proteção às mulheres, somada à negação das suas demandas no campo do cuidado, expõe essas profissionais à vulnerabilidade e ao abandono simbólico.

Em primeiro lugar, verificou-se em autores como Feio (2024, p. 34) que inexistem "[...] trabalhos específicos sobre a precariedade da equidade de gênero na segurança pública com foco na condição de mulher integrante da segurança pública nos estudos de adoecimento dessa profissional", o que reflete uma aparente falta de preocupação não só da academia, mas dos profissionais e das instituições (enquanto produtoras de ciência sobre seus métodos de trabalho), sobre as bases necessárias para elaboração de políticas.

Em sentido semelhante, Braga (2022, p. 34) denuncia que o “gestor” sequer reconhece a qualidade de seu “[...] ambiente imerso por práticas discriminatórias”, nem tampouco a “[...] ausência de políticas internas para o combate aos comportamentos dessa natureza”, afirmativa que pode ser, em larga medida, generalizada para diversas instituições em segurança pública em sua relação com as mulheres.

Outro ponto que também fragiliza, substancialmente, a qualidade das relações, é o modelo de vinculação de servidores a título precário – a contratação de temporários – pela qual “a maioria dos funcionários ingressa no sistema por meio de contrato temporário de trabalho, configurando em vínculos funcionais precários”, sob uma relação em que impera a “insegurança frente à possibilidade de perder o emprego” (Corrêa, 2015, p. 19), numa relação desigual e que impede evoluções.

Certamente, esse problema é mais assente, de fato, no locus de pesquisa de Corrêa (2015), o sistema penitenciário paraense, que é o órgão em que mais persiste a prática de processos seletivos e contratações a título precário e temporário.

Zambardino *et al.* (2023, p. 197) confirmam, inclusive, que naquele mesmo contexto orgânico "a grande maioria dos servidores tinha vínculo de trabalho temporário, que gera insegurança e medo do desemprego, optando por não problematizar sobre suas reais necessidades e condições concretas de trabalho".

Certamente, quanto maior a fragilidade quanto à possibilidade de denúncia de abusos e de garantia de meios de proteção ao servidor, maior será a instrumentalização de um contexto de abusos e assédios, o que, certamente, repercute de forma mais grave sobre a figura das mulheres.

Vale (2019, p. 330), por sua vez, afirma que a instrumentalização de normas que perpetuem a sujeição feminina somente reafirmará "[...] estereótipos de gênero e a vocação assistencialista" que estigmatiza as servidoras da segurança, o que restringe sua atuação e compromete o desenvolvimento de políticas institucionais adequadas às suas reais demandas.

Em verdade, a literatura demonstra a existência de estatutos, normas e estruturas que perpetuam a delimitação de espaços não adequados aos corpos femininos, hostis à feminilidade e suas expressões (como a maternidade e amamentação), aliados à ausência de normas protetivas de direito e estudos que possibilitem a superação desse *status quo*, o que deixa clara a importância de pesquisas sobre a temática.

3.6 SOBRECARGA POR MÚLTIPLAS JORNADAS E IMPACTO NA VIDA PESSOAL/FAMILIAR

Por sua vez, os achados da pesquisa apontaram que mulheres que atuam na segurança pública carregam, de forma recorrente, o peso de uma tripla jornada: profissional, doméstica e afetiva. Esse acúmulo de responsabilidades está diretamente relacionado às expectativas sociais sobre o papel feminino e à ausência de suporte institucional, o que gera frustrações, culpa materna, isolamento e sofrimento emocional.

Nesse sentido, Lobato (2017, p. 55) descreveu que "a policial precisa ser mãe, dona de casa, esposa e profissional. Isso faz com que recaia sobre ela uma carga excessiva de cobranças, de pressões, de frustrações e de sentimento de culpa".

A mesma autora apontou, ainda, o impacto dessa multiplicação de papéis no vínculo materno de uma entrevistada: "a falta de tempo para estar junto do filho, acompanhando seu crescimento, e os poucos momentos que pode dedicar à vida conjugal são muito marcantes [...]" (Lobato, 2017, p. 55).

Braga (2022, p. 34) também relatou a pressão sofrida pelas mulheres em relação à maternidade, afirmando que "na maternidade há o aumento de preocupação com os filhos, ocorrem mudanças de comportamentos, elas se tornam mais isoladas, adoecem, carregam medos quanto aos riscos extramuros".

Feio (2024) explica que muitas mulheres se sentiriam incapazes de cumprir as demandas institucionais, sociais e familiares devido à natureza organizacional machista da profissão e em razão da múltipla jornada de trabalho e as necessidades específicas das mulheres, como licença-maternidade e amamentação, que tornariam a competição em um ambiente masculinizado completamente injusta.

Essa lógica impõe sacrifícios às mulheres, como descrito por Vale (2019, p. 331) ao mencionar que "a história das primeiras mulheres policiais é atravessada por narrativas de abdicação pessoal em nome do dever, muitas vezes com prejuízos irreversíveis na vida familiar", num contexto que, certamente, prevalece até os dias atuais, como apontado pelos autores deste estudo.

Os achados deixam claro que a sobrecarga não é um dilema pessoal, mas sim uma expressão das desigualdades estruturais de gênero no interior das instituições de segurança. As consequências afetam diretamente a qualidade do vínculo com os filhos e as condições de aleitamento materno, denotando mais um ponto digno de aprofundamento a respeito do tema.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo descrever as características do trabalho e as condições de exercício profissional e saúde de mães policiais, e a relação entre essas e a maternidade e amamentação, a partir de apontamentos oriundos de produções científicas existentes em dissertações e livros disponíveis no repositório do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará – PPGSP/UFPa.

Após buscas efetivadas nos meses de março e abril de 2025, foram selecionadas 17 (dezessete) produções científicas, entre dissertações e artigos (capítulos de livros), que, em seguida, foram sujeitos a um processo de leitura e extração, que resultou na obtenção de 66 enunciados de conteúdo (trechos transcritos).

Estes permitiram uma categorização dos problemas enfrentados em: Discriminação institucional e desigualdade de gênero; Assédio moral, sexual e violência simbólica; Adoecimento físico e psicológico das profissionais; Sobrecarga por múltiplas jornadas e impacto na vida pessoal/familiar; Ausências estruturais e de políticas institucionais de proteção. Todos os problemas permitiram o levantamento de hipóteses relevantes sobre a relação profissional e amamentação.

Desde já, recomenda-se a realização de pesquisas literárias sobre outros textos relevantes, como artigos publicados em plataformas nacionais de pesquisa (como Scielo, Scopus etc.) para ampliação das observações e achados.

Em todo caso, pode-se concluir pela existência de diversos fatores adversos e dignos de aprofundamento, que podem influenciar as mulheres quanto à decisão pela maternidade, haja vista a possibilidade de atrasos em sua ascensão, estigmatização pela gravidez e afastamento, possibilidade de sujeição da mulher e criança a possíveis contextos de assédio, tornando necessária a elaboração de normativas de proteção e políticas de assistência às mães policiais e seus bebês.

Ademais, registra-se agradecimento ao Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará, e aos seguintes grupos de pesquisa: a) Grupo de Pesquisa Métodos Estatísticos Aplicados à Segurança Pública (UFPA); b) Laboratório de Pesquisa em Geografia da Violência e do Crime (UEPA); c) Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Violência na Amazônia (UEPA); d) Grupo de Pesquisas Judiciárias do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – GPJ/TJPA; e, e) Érgane – Pesquisadores da Amazônia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B.; SARAIVA, E. H.; LIMA, N. A. Narrativas de violências sofridas por mulheres policiais no Amazonas. In: RAMOS, E. M. L. S.; ALMEIDA, S. S.; CHAGAS, C. A. N. (Org.). **Segurança pública: mulheres**. Praia: Edições Uni-CV, 2019. p. 199–221.

ALMEIDA, N. F. **O estresse ocupacional em mulheres policiais militares do Estado do Pará**. 2019. 132f. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública). Programa de Pós-graduação em Segurança Pública. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

ARAÚJO, I. K. F. **Avaliação nutricional como fator de saúde dos militares do Corpo de Bombeiros Militar do Pará da região metropolitana de Belém**. 2021. 119f. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública). Programa de Pós-graduação em Segurança Pública. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

ARAÚJO, S. E. M.; BAPTISTA, M. Q. G.; OLIVEIRA, S. C. M. O adoecimento do profissional de segurança pública: uma revisão sistemática da literatura. In: CHAGAS, C. A. N. *et al.* (Org.). **Segurança pública: diagnóstico, conflitos, criminalidade e tecnologia da informação**. Belém: GAPTA; Praia: Edições Uni-CV, 2016.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRAGA, M. C. P. C. **Estresse e síndrome de Burnout em policiais penais**. 2022. 132f. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública). Programa de Pós-graduação em Segurança Pública. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 14.874, de 28 de maio de 2024**. Brasília: Congresso Nacional, 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Bases para a discussão da Política Nacional de Promoção, Proteção e Apoio ao Aleitamento Materno**. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

CARDOSO, I. P. C. **“O padrão e o enrolão”**: estigmas do adoecimento na Polícia Militar do Pará. 2017. 62f. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública). Programa de Pós-graduação em Segurança Pública. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

CAVALCANTE, Clarina De Cássia Da Silva; REIS NETTO; Roberto Magno; ARAÚJO, Adrilayne dos Reis; LIMA, Vera Lúcia de Azevedo. Amamentação: impeditivos materiais à proteção jurídica. In: **Anais do Congresso Internacional de Amamentação - CIAMA**. Fortaleza: CIAMA, 2025.

CORRÊA, Margarethe de Freitas. **Adoecimento pelo trabalho: o agente penitenciário no estado do Pará**. 2015. 103f. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública). Programa de Pós-graduação em Segurança Pública. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

FEIO, Luana Camile Seabra Gonçalves. **Adoecimento das profissionais da segurança pública no estado do Pará**. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública). Programa de Pós-graduação em Segurança Pública. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará, Belém, 2024.

FRUGULHETTI, L. F. H.; HERKENHOFF, H. G. Gestão de Recursos Humanos e Motivação para obtenção de resultados na Polícia Militar do Espírito Santo. In: RAMOS, E. M. L. S. *et al.* (Org.). **Segurança pública: gestão e organização das instituições**. Praia: Edições Uni-CV, 2019.

LEITE, M. M.; CHAGAS, M. E. M.; NUMMER, F. V.; RAMOS, E. M. L. S. Mulheres policiais: origens sociais, violência e direitos humanos. In: BARP, W. J.; CARDOSO, L. F. C.; SOUZA, J. L. C. (Org.). **Segurança Pública: Gestão, Conflito, Criminalidade e Tecnologia da Informação**. Belém: GAPTA; Praia: Edições Uni-CV, 2016.

LOBATO, R. F. **Mulheres nas Forças Especiais: batalhas profissionais e dramas pessoais**. 2017. 83f. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública). Programa de Pós-graduação em Segurança Pública. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

LOBATO, R. F.; SOUZA, J. L. C. O trabalho policial feminino na ROTAM: dos entraves ao reconhecimento profissional. In: CHAGAS, C. A. N.; RAMOS, E. M. L. S.; BARP, W. J. (Org.). **Geografia da violência: produção do espaço, território e segurança pública**. Belém: GAPTA/UFPA, 2018.

LOUZEIRO, A. G. C.; VIEIRA, C. L.; SOUZA, J. L. C. Reflexões sobre estresse em bombeiros. In: ALMEIDA, S. S.; RAMOS, E. M. L. S.; CHAGAS, C. A. N. (Org.). **Segurança e Defesa: Conflitos, Criminalidade e Tecnologia da Informação**. Belém: UFPA; Praia: Edições Uni-CV, 2016.

MACHADO, C. B.; DERBALLE, F. L. S. Volta ao Trabalho: um momento delicado de manutenção ao aleitamento materno. In: PERILO, T. V. C. (org.). **Tratado do especialista em cuidado materno-infantil com enfoque em amamentação**. Belo Horizonte: Mame Bem, 2019.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2016.

OLIVEIRA, M. L. C. **Condições de saúde física dos policiais militares do serviço operacional da Região Metropolitana de Belém**. 2020. 106f. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública). Programa de Pós-graduação em Segurança Pública. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

OLIVEIRA, E. L. G.; OLIVEIRA, P. T. R.; SANTOS, R. O. A Saúde no Contexto Penitenciário: um estudo sob a ótica do trabalhador do sistema penal do Estado do Pará. In: CARVALHO JÚNIOR, J. G. *et al.* (Org.). **Segurança pública: o contexto da criminalidade versus as ferramentas de repressão**. Belém: Editora Acadêmica da Segurança Pública, 2025.

VALE, J. C. C. Feminização Policial Militar: a história do ingresso das “panteras” nos jornais do Pará, a partir da década de 1980. In: RAMOS, E. M. L. S. *et al.* (Org.). **Segurança e Defesa: cidades, criminalidades, tecnologias e diversidades**. V.2. Praia: Edições Uni-CV, 2019.

ZAMBARDINO, Rodrigo Venoso. **Adoecimento de Delegados(as) de Polícia Civil do Estado do Pará**. 2023. 92f. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública). Programa de Pós-graduação em Segurança Pública. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará, Belém, 2023.